

RESENHA

LEFÈBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178 p. Tradução de Sérgio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade.

Este livro está destinado a todos que compreendem que a problemática do mundo ganhou um contorno urbano, independentemente da atuação em diferentes campos epistemológicos do conhecimento. E, essencialmente, porque se trata de um exercício de método. O método que sustenta sua argumentação é o regressivo - progressivo. Regressivo, indo do virtual ao atual, do atual ao passado; progressivo, movendo-se do superado e do finito ao movimento que prenuncia esse fim, que anuncia e faz nascer alguma coisa de novo. Este livro, ampliando uma virtualidade contida na história do pensamento, vai além da dedução e indução formais, trabalha a potência da transdução, definida como reflexão sobre o objeto possível.

A compreensão possível do livro propõe o movimento do real constituindo-se a partir da industrialização - urbanização para, em seguida, pensar a urbanização como mudança qualitativa do processo como um todo, implicando que o modo de vida e o cotidiano sejam conduzidos ao primeiro plano.

O ponto de partida é um pensamento sobre a cidade, na perspectiva de suas metamorfoses em direção à formação da sociedade urbana. Nesse movimento, ele indica as aporias como: "o campo cego". São as circunstâncias críticas desse processo, o que quer dizer que o movimento da cidade em direção à sociedade urbana é uma probabilidade, está no campo do possível. A obra desdobra analiticamente os caminhos da compreensão do fenômeno urbano: no plano da prática, aquele dos sujeitos sociais e das instituições sugere que se trate dos níveis e dimensões. Já considerando as representações sociais do urbano, remete aos mitos do urbano e ideologias. Não se consegue interpretar os conteúdos em movimento senão examinando a dialética da forma e do conteúdo. O urbano não se conceitua neste livro apenas através de conteúdos, mas define-se como forma, a forma urbana (mentalmente, a simultaneidade; socialmente, o encontro, a reunião). Ao remeter o urbano à forma urbana,

supera a ilusão urbanística, revelando que sempre os princípios urbanísticos foram regidos por princípios quantitativos. A estética urbanística, como disciplina, resume-se a um discurso que corrobora para apagar os traços desse fundamento.

Henri Lefèbvre seguramente já está entre as influências do pensamento geográfico do fim do século XX. Residualmente, pode ter sido lido bem antes. Ainda nos anos 60, Pierre George, geógrafo francês, numa composição com o Institut de Sociologie Urbaine, dirigido à época por Lefebvre, sugere estudos sobre a questão urbana, envolvendo o espaço vivido e seu lugar na compreensão da urbanização.

Lefèbvre jamais admitiria permanecer circunscrito a uma ciência. Dizia-se filósofo, melhor ainda "metafilósofo": pensador da realidade social como totalidade, incluindo o virtual; sem definir o pensamento independente da prática; nem tornar a realidade pensada um sistema definido e acabado. Não preteriria qualquer contribuição científica, seja das ciências naturais ou sociais. Não se tratava de uma filosofia que pairasse acima das ciências e de suas descobertas, nem acima da práxis, a mais cotidiana. Também não separava, a ponto de excluir, o sentir do pensar, o pensamento da arte. Sequer podia cindir a vida da arte. Então, o universo é o de um modo de existência filosófico, que não constituía uma redoma em relação à vida, nem à arte, que não se instalava no absoluto, num fundamento absoluto. Senão a filosofia seria imediatamente a alienação filosófica.

Entre as categorias que moveram seu pensamento, a alienação foi sendo definida como crucial. Trouxe de Marx, entre os legados, esta enorme contribuição, negada pelo pensamento marxista dogmático, contra o qual se chocou, noção que deveria ser cuidadosamente reelaborada e que tem uma história na obra de Hegel. Através da alienação, mais ainda das alienações, de seu reconhecimento e de sua crítica, funda-se uma ira e uma luta contra o(s) absoluto(s), como impossibilidade do viver. Dessa forma, chega à necessidade de

uma sociologia, que pense a mediação do social, entre o econômico e o político, rompendo com as interpretações, ao mesmo tempo, ontológicas e esvaziadas dos intermediários, ou seja das mediações, para ele fundamentais na reflexão: a subjetividade, o social, a alienação, o cotidiano, o vivido, a percepção, etc. Isto não significa que se diria sociólogo e não filósofo; que tenha escolhido uma entre as ciências estabelecidas; antes define seu modo de ser filosófico.

A revolução urbana trata da potência de um pensamento sobre o urbano, de natureza metafilosófico. Não define o urbano como um tema entre outras tematizações. Para ele, o movimento da história humana e de suas possibilidades inclui o urbano.

O significado que este autor tem para os geógrafos, sem pretensão de encerrá-lo na geografia, é sua acuidade no tratamento do que se refere ao espacial, corrigindo a compreensão do espaço no plano dos conteúdos – naturais, sociais, econômicos... – em direção a um entendimento que envolva a dialética da forma e do conteúdo.

Dois geógrafos insistiram nessa empreitada de colocar à disposição do leitor brasileiro esta obra sobre o urbano. Com cuidado, pois são leitores atentos da obra do autor, produziram esta versão em português. Durante todo o livro, observa-se a atenção e o compromisso de pesquisadores da obra de Lefèbvre, que aqui se apresentam como apurados tradutores. Conhecem os autores que o influenciam, conhecem o percurso das noções que aqui utiliza, não há risco de qualquer vulgarização. E, através deles, a geografia esclarece que a obra lefebvriana faz parte de um pensamento sobre o espaço no mundo atual.

Amélia Luisa Damiani

Odette Carvalho de Lima Seabra

Departamento de Geografia USP, C. P. 2530, 01060-970 São Paulo (SP), Brasil.